



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

ANEXO VII - MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/20____

CONTRATO Nº ____/20____

PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/20____

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº ____/20____

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE
ENTRE SI FAZEM A ADMINISTRAÇÃO DO
PORTO DE MACEIÓ/APMC E A
EMPRESA...

De um lado, como CONTRATANTE, a **ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ –APMC/CODERN**, empresa pública vinculada ao Ministério da Infraestrutura do Governo Federal, inscrita no CNPJ sob o nº nº 34.040.345/0003-52, com sede na Sá e Albuquerque, s/nº, no bairro de Jaraguá, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, doravante denominada APMC, e, do outro lado, (Razão Social da Empresa Contratada), (natureza jurídica), inscrita no CNPJ sob o nº. , com sede na (logradouro, nº, complemento, bairro, cidade, UF, CEP:), neste ato representada por seu (cargo na empresa), (Nome Completo do Representante),, inscrito(a) no CPF nº, portador(a) da Carteira de Identidade nº. daqui por diante denominada simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº ____/20____, PREGÃO ELETRÔNICO nº ____/20____, tipo MENOR PREÇO GLOBAL**, em observância às disposições contidas na Lei nº 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações e Contratos – RILC/APMC, disponível no endereço eletrônico www.portodemaceio.com.br, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 5/2017, da Lei Complementar nº 123/2006 e alterações decorrentes da Lei Complementar nº 147/2014, da Lei nº 11.488/2007, do Decreto nº 8.538/2015, Lei nº 12.546/2011 (BRASIL MAIOR) quando for o caso, resolvem celebrar o presente Instrumento Contratual, mediante as Cláusulas e Condições a seguir enunciadas.



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CUMPRIMENTO DO PLANO DE EMERGÊNCIA INDIVIDUAL DO PORTO DE MACEIÓ/AL.**

Parágrafo Primeiro: O Plano de Emergência Individual é um conjunto de documentos que detalha os procedimentos para responder a incidentes de poluição por óleo, conforme a Resolução Conama nº 398/08, visando neutralizar ou se for o caso, minimizar os impactos de derramamentos no Porto Organizado de Maceió. A contratação contempla a disponibilização de recursos humanos e materiais em prontidão para atendimento imediato, realização de treinamentos para o quadro da Administração do Porto de Maceió e execução de simulados de comunicação, mobilização e campo.

Parágrafo Segundo: O foco é garantir a prevenção de acidentes, mitigar seus impactos ambientais e preservar a biodiversidade local, promovendo uma resposta rápida e eficaz a emergências com hidrocarbonetos nas áreas portuárias, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital.

Parágrafo Terceiro: Reger-se-á este contrato pelas disposições contidas nos artigos 68 e seguintes da Lei nº 13.303/2016, que disciplinam e regulamentam a contratação de serviços por parte dos órgãos públicos, que a Contratada declara, desde já, conhecer e aceitar.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência deste Contrato é de 12 (doze) meses, prorrogáveis por iguais períodos, até o limite de 05 (cinco) anos, nos termos do art. 71 da Lei 13.303/16 e Regulamento Interno de Licitações e Contratos APMC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

Nos termos disposto a Lei nº 13.303/16 e Regimento Interno de Licitações e Contratos da APMC, o representante da APMC que atuará como fiscal será aquele a ser designado formalmente por meio de instrumento próprio pelo Administrador do Porto de Maceió, devendo:

- a) Permitir e facilitar, a qualquer tempo, a Fiscalização dos serviços objeto do presente Contrato, facultando o livre acesso da mesma aos equipamentos em uso, sem que



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

essa Fiscalização importe, a qualquer título, em exoneração de responsabilidade por parte da APMC.

- b) A Fiscalização verificará o cumprimento das normas legais e orientações recebidas, especificações e aplicações, bem como quantidade, qualidade e aceitabilidade dos serviços.
- c) Conferir e atestar todas as Notas Fiscais da CONTRATADA que estiverem sendo encaminhadas para pagamento.
- d) A Fiscalização não terá nenhum poder para eximir a contratada de qualquer obrigação prevista neste instrumento.
- e) Ao término dos serviços contratados será de responsabilidade da Fiscalização a elaboração dos Termos de Recebimento dos Serviços como estabelece a lei.
- f) A Fiscalização deverá notificar a contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na prestação dos serviços e exigir adoção de medidas corretivas necessárias;
- g) A fiscalização será exercida no interesse da CONTRATANTE e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.
- h) No caso do serviço contratado não estiver sendo prestado conforme foi especificado, o Fiscal do Contrato discriminará através de termo, as falhas ou irregularidades encontradas, ficando a CONTRATADA, com o recebimento do termo, cientificada das irregularidades apontadas e de que estará, conforme o caso, passível das sanções cabíveis.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO

O valor global estimado deste contrato, é de R\$ _____(), correspondente ao objeto definido na Cláusula Primeira, já incluídos todos os custos relativos a tributos (impostos, taxas e contribuições) e encargos legais (trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais), bem como quaisquer outras despesas incidentes.

Parágrafo Primeiro: Fica, expressamente, estabelecido que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas nas Especificações Técnicas presentes no Termo de Referência Simplificado e



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

anexos, constituindo assim sua única renumeração pelos trabalhos contratados e executados. Ademais, serão fesitas todas as rentenções legais ou normativas de tributos e contribuições.

Parágrafo Segundo: O contrato firmado deve ser fielmente executado pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas avençadas, as disposições previstas na Lei nº 13.303/2016, neste instrumento particular de contratação, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da APMC e respondendo pelas consequências da sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento pelos serviços previstos no Termo de Referência será efetuado mediante faturamento e apresentação de Planilha de Medição, conforme especificado na Tabela 01 do Termo de Referência, dividindo-se em duas modalidades:

TABELA 01. Modelo de Tabela de Proposta de Preço

item	Atividades	Unidade	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
BLOCO 01					
01	Aprovação da Contratante do Relatório Mensal dos serviços executados pela Contratada	Mês •	12	0,00	0,00
BLOCO 02					
02	Realização de treinamento	Unid	2	0,00	0,00
03	Realização de simulado de mesa	Unid	1	0,00	0,00
04	Realização de simulado prático	Unid	1	0,00	0,00
BLOCO 03					
05	Atualização do PEI e consequente aprovação por parte da Contratante	Unid	1	0,00	0,00
BLOCO 04					
06	Atendimento de emergências	Unid	1	0,00	0,00
VALOR GLOBAL				R\$ 0,00	

Parágrafo Primeiro: O pagamento dos serviços contínuos de Recursos e humanos e materiais, descritos no item “4. ESCOPO DE SERVIÇOS 4.1.1. BLOCO 1: Recursos humanos e materiais” do Termo de Referência será realizado mensalmente.

Parágrafo Segundo: Os serviços avulsos dos Treinamentos e simulados, Atualização do Plano de Emergência Individual - PEI e Atendimentos a emergências descritos no item “4. ESCOPO DE SERVIÇOS 4.1.2. BLOCO 2: Treinamentos e simulados 4.1.3. BLOCO 3: Atualização do Plano de Emergência Individual - PEI 4.1.4. BLOCO 4: Atendimento a emergências” do Termo de Referência serão faturados individualmente, mediante solicitação e aprovação da CONTRATANTE.



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

Parágrafo Terceiro: Para os serviços avulsos, o pagamento está condicionado à aprovação dos relatórios exigidos.

Parágrafo Quarto: No caso do BLOCO 4, que contempla o atendimento a emergências, o faturamento ocorrerá somente após a completa execução e encerramento do atendimento emergencial.

Parágrafo Quinto: A remuneração iniciar-se-á 30 (trinta) dias corridos da completa instalação, com recursos e pessoal, da CONTRATADA no local cedido pela CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto: Concluídos os serviços, será feita uma verificação das medições até então realizadas, para elaboração do Boletim de Medição dos Serviços Finais, procedendo-se, na ocasião, a um acerto de contas, creditando-se à CONTRATADA o valor dos serviços realizados e ainda não pagos e deduzidos os valores correspondentes a multas e outros débitos porventura existentes, bem como a serviços que, eventualmente, tenham sido pagos indevidamente

Parágrafo Sétimo: Havendo redução justificada do ritmo dos serviços previstos no Plano de Trabalho ou sua paralisação parcial/total, a APMC adotará providências para diminuir ou suprimir a remuneração da CONTRATADA, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, durante o prazo de execução.

Parágrafo Oitavo: O pagamento será realizado em um prazo de até 30 (trinta) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto, desde que atestado pela fiscalização do contrato, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pela CONTRATADA, mediante a apresentação dos seguintes documentos, ficando o pagamento suspenso em caso se tais documentos estiverem com a validade expirada:

- a) Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada/averbada pelo setor competente;
- b) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (pessoa jurídica);
- c) Certidão Negativa de Débitos de Tributos Estaduais e Municipais da sede da empresa;
- d) Certificado de Regularidade de FGTS, expedida pela Caixa Econômica Federal;
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), bem como outras Certidões que vierem a ser obrigatórias por Lei, desde que tenham correlação com o objeto, devendo ser apresentados todos esses documentos dentro dos respectivos prazos de validade.

Parágrafo Nono: No ato de entrega da nota fiscal ou fatura, a APMC poderá solicitar que a CONTRATADA apresente cópia dos contracheques dos funcionários, cópia da folha de



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

pagamento e do recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas, do qual deverá constar: nome e matrícula do profissional, data da admissão, bem como, a quantidade e o valor dos vales e o mês de competência e, ainda, assinatura do profissional atestando o recebimento, cuja comprovação deverá ocorrer em até 02 (dois) dias úteis após o fornecimento dos vales, ficando o pagamento vinculado à exibição de tais documentações.

Parágrafo Décimo: O pagamento será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo funcionário competente na nota fiscal apresentada e depois de verificada a regularidade fiscal e trabalhista da contratada.

Parágrafo Décimo Primeiro: Havendo erro na apresentação de Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente da penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobreestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo de pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Parágrafo Décimo Segundo: A Nota Fiscal/Fatura deverá ser entregue à Contratante em até 5 (cinco) dias após sua emissão e com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência à data de seu vencimento ou em outro prazo expressamente definido no presente contrato.

Parágrafo Décimo Terceiro: A não observância do prazo previsto acima implicará, automaticamente, na prorrogação do vencimento correspondente, sem que tal procedimento implique em multas, juros, atualização monetária e/ou encargos de qualquer natureza para a Contratante.

Parágrafo Décimo Quarto: A emissão de Nota fiscal/Fatura somente poderá ser protocolada na APMC até o dia 20 (vinte) de cada mês.

Parágrafo Décimo Quinto: O descumprimento da data limite de faturamento indicada acima, implicará na obrigação do respectivo cancelamento pela Contratada, devendo o faturamento ser efetuado adequadamente no início do próximo mês, sem qualquer ônus adicional ou encargo moratório para a Contratante;

Parágrafo Décimo Sexto: Não serão efetuados pagamentos entre o dia 25 (vinte e cinco) e o final de cada mês, independentemente de outras disposições indicadas contratualmente ou em seus anexos.

Parágrafo Décimo Sétimo: Havendo erro na apresentação da Fatura/Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobreestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

Parágrafo Décimo Oitavo: A APMC não se responsabilizará pelo retardamento do pagamento, em decorrência de documentos de cobranças errados, rasurados, ou emitidos em desacordo com a legislação vigente.

Parágrafo Décimo Nono: Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Parágrafo Vigésimo: Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Parágrafo Vigésimo Primeiro: A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada, que, porventura, não tenha sido acordada ou pelos dados da fatura que estejam incorretos ou viciados, e ainda, caso ocorra inadimplemento das obrigações da CONTRATADA para com a APMC.

Parágrafo Vigésimo Segundo: A CONTRATANTE reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, a prestação dos serviços não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita.

Parágrafo Vigésimo Terceiro: Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto houver pendência: na liquidação da fatura; irregularidade junto ao INSS, FGTS ou tributos federais; no cumprimento de obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência.

Parágrafo Vigésimo Quarto: Caso a empresa seja optante pelo SISTEMA Integrado de Pagamento de impostos e contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar a devida comprovação, de acordo com o Anexo IV, da IN 480/2007, alterado pela IN RFB 1234, de 11/01/2012, alterada pela IN 1244, de 30/01/2012, de acordo com a Lei nº 9.317/96 e suas alterações, juntamente com a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2.006 e Decreto nº 8.538/2015.

Parágrafo Vigésimo Quinto: Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

Parágrafo Vigésimo Sexto: A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário previsto na referida Lei Complementar.

Parágrafo Vigésimo Sétimo: Conforme o estabelecido na Cláusula Segunda do Protocolo ICMS nº 42/2009, será obrigatória, nas vendas para a administração pública, a utilização da NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-e), modelo 55, em substituição à nota fiscal em papel modelo 1 e 1A.

Parágrafo Vigésimo Oitavo: A retenção dos tributos não será efetuada, caso o contratado apresente, junto com sua Nota Fiscal, a comprovação de que é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES.

Parágrafo Vigésimo Nono: Fica expressamente estabelecido que nos preços ofertados estarão incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas neste Contrato e demais documentos da dispensa de licitação, constituindo assim, sua única remuneração pelo fornecimento contratado e executado.

Parágrafo Trigésimo: Se, quando da efetivação do pagamento, os documentos comprobatórios de situação regular em relação à Fazenda Federal, ao INSS, FGTS e Justiça do Trabalho (CNDT), apresentados em atendimento às exigências de habilitação, estiverem com a validade expirada o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

Parágrafo Trigésimo Primeiro: Em não ocorrendo a regularização, proceder-se-á com a rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

Parágrafo Trigésimo Segundo: Na hipótese de atraso do pagamento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada, o valor devido pela CONTRATANTE será atualizado financeiramente, obedecendo à legislação vigente.

Parágrafo Trigésimo Terceiro: Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = (6/100) 365$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Parágrafo Trigésimo Quarto: Em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa SRF nº 23, de 23 de março de 2001, a Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade da CONTRATANTE reterá na fonte, o imposto sobre a renda de pessoa jurídica – IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição social – COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar à pessoas jurídicas que não apresentarem cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, de que trata a Instrução Normativa SRF nº 75, de 26/12/96, além da retenção do ISS, no que couber, sobre os pagamentos que efetuar à CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO, PRAZO DE EXECUÇÃO E LOCAL DE EXECUÇÃO

Os serviços estão diretamente relacionados com as necessidades operacionais dos setores e subsetores sob responsabilidade desta APMC.

Parágrafo Primeiro: A prestação dos serviços ocorrerá nas dependências do Porto de Maceió, não excluindo a responsabilidade do envio de relatórios atualizados referente ao fornecimento do objeto pretendido a fiscal do contrato.

Parágrafo Segundo: A empresa deve seguir e cumprir, os padrões operacionais e de segurança do trabalho, determinados pelas regulamentações e legislações que envolvam a referida prestação de serviços.

Parágrafo Terceiro: A contratada deverá executar o serviço nas condições estipuladas neste Termo e no contrato de prestação de serviços. Respeitando as normas e legislações que envolvam a referida prestação de serviços.

Parágrafo Quarto: A contrata deverá manter durante todo o período de relação contratual as condições iniciais que permitiram sua habilitação.



Parágrafo Quinto: O contrato vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura da Ordem de Serviço ou instrumento semelhante, o prazo para execução dos serviços será de no máximo 06 (seis) meses, a partir de vigência contratual.

Parágrafo Sexto: Após a prestação dos serviços poderá, a critério da APMC, ser aplicada uma avaliação do nível de satisfação do empregado.

Parágrafo Sétimo: As especificações técnicas quanto aos serviços e materiais deverão estar de acordo com as descritas no Projeto Executivo, anexo deste termo, juntamente com as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART's) ou Registros de Responsabilidade Técnica (RRT's).

Parágrafo Oitavo: Garantir a manutenção periódica de todos os recursos materiais para prontidão e atendimento a emergências; (solicitar que empresa tenha sistema digital de gerenciamento de manutenção), bem como, a operação e manutenção dos recursos mínimos, incluindo embarcações, de prontidão e atendimento a emergências que serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo Nono: A CONTRATADA deverá comprovar à CONTRATANTE o registro das atividades mensais realizadas por meio da apresentação de Relatório Mensal, descrevendo todas as atividades desenvolvidas no período, contemplando: inventário de recursos materiais disponíveis, em tempo integral; registro de manutenção de recurso material; outras informações pertinentes.

Parágrafo Décimo: Realizar treinamentos, com periodicidade mínima semestral, com a Brigada de Emergência do Porto de Maceió e funcionários definidos pela CONTRATANTE, contemplar as temáticas teóricas: Formação em combate e derrames, Formação teórica e prática das equipes de intervenção e abordagem prática com simulados de: Comunicação, Mobilização de Recursos, Sala de Treinamento e Simulado de Campo.

Parágrafo Décimo Primeiro: A CONTRATADA deverá entregar, em um prazo máximo de 10 dias corridos à data da realização do treinamento, certificados de participação e relatório de treinamento, contendo minimamente: quantidade de participantes, assuntos abordados e resultados obtidos, realizar 1 (um) simulado de comunicação, 1 (um) simulado de mobilização de recursos e 1 (um) simulado em sala de treinamento, semestralmente e 1 (um) simulado de campo de atendimento de emergências, envolvendo a mobilização de pessoas e recursos, simulando ações de controle em diversos níveis de dificuldade, anualmente.



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

Parágrafo Décimo Segundo: Apresentar à CONTRATANTE, com prazo máximo de 10 dias corridos à data de realização do simulado, relatório detalhado sobre o simulado com evidências.

Parágrafo Décimo Terceiro: Efetuar o atendimento em prontidão, 24h/dia, 365 dias/ano, dos cenários de acidentes ambientais, em terra e no mar, nas áreas de responsabilidade da CONTRATANTE, em atendimento ao PEI, sempre que acionado pela CONTRATANTE, juntamente com a gestão e destinação, em conformidade com a legislação ambiental vigente, dos possíveis resíduos oriundos do atendimento de emergências ambientais.

Parágrafo Décimo Quarto: Realizar ações necessárias para o atendimento, monitoramento e manejo da possível fauna impactada e oleada durante as emergências ambientais.

Parágrafo Décimo Quinto: Prestar apoio à CONTRATANTE na elaboração e envio da comunicação inicial do acidente, elaborar e apresentar (em meio físico e digital) à CONTRATANTE, no prazo máximo de 1 hora, a contar da hora da comunicação do acidente, um relatório preliminar contendo as informações mínimas a serem apresentadas no Sistema Nacional de Emergências Ambientais (SIEMA), elaborar e apresentar (em meio digital) à CONTRATANTE, relatórios diários contendo informações atualizadas a respeito do acidente e das ações de atendimento à emergência, elaborar e apresentar (em meio digital) à CONTRATANTE, no prazo máximo de 15 dias corridos a contar do dia da comunicação do acidente, um Relatório de Atendimento a Acidentes Ambientais, contendo minimamente: caracterização da área afetada devidamente georreferenciada, danos ambientais e/ou à saúde, descrição detalhada das medidas de intervenção implementadas e a eficiência obtida através da proposta de encaminhamentos a serem adotados, com cronograma (investigação confirmatória/detalhada, avaliação de risco, monitoramento, e demais medidas de intervenção e gerenciamento) e planilha de custo do atendimento à emergência, em conformidade com a Tabela de Recursos.

Parágrafo Décimo Sexto: No caso da ocorrência de emergência ambiental que tenha duração maior ao prazo estipulado no item 4.1.4.7, deverá ser elaborado e apresentado à CONTRATANTE outro Relatório de Atendimento a Acidentes Ambientais no prazo máximo de 10 dias, após o término da emergência

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

À Comissão de fiscalização deverá realizar o correspondente recebimento do objeto, mediante atesto e comunicação ao gestor do contrato, que, no caso, corresponde ao encarregado da respectiva área técnica demandante.

Parágrafo Primeiro: O gestor do contrato deverá rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato, tomando as medidas cabíveis quanto à aplicação de penalidade à Contratada.

Parágrafo Segundo: O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios revelados posteriormente, nem pela garantia e qualidade dos bens entregues e/ou do serviço realizado.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

Os preços ofertados e considerados neste instrumento poderão ser reajustados, contados a partir da data de assinatura do contrato

Parágrafo Segundo: Os reajustes deverão ser precedidos de solicitação da CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro: Caso a CONTRATADA não solicite tempestivamente o reajuste ocorrerá a preclusão do direito.

Parágrafo Quarto: Também ocorrerá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato.

Parágrafo Quinto: O reajuste terá seus efeitos financeiros iniciados a partir da data de aquisição do direito da CONTRATADA, nos termos do caput desse artigo.

Parágrafo Sexto: Após 12 (doze) meses contados da data da assinatura do contrato, a CONTRATADA poderá solicitar à CONTRATANTE o reajuste do preço da execução dos serviços, referente à parcela dos serviços a serem concluídos, que deverá ser reajustada pela variação do IPCA, tendo como referência o mês de apresentação da proposta.

CLÁUSULA NONA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A CONTRATADA prestará garantia no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da assinatura do Contrato no valor de R\$ _____ (_____), equivalente a 1% (um por cento) do valor previsto no caput da CLÁUSULA QUARTA, por meio de qualquer das modalidades previstas no § 1º do artigo 70 da Lei nº 13.303/2016, devendo comprová-la no ato da assinatura deste termo.



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

Parágrafo Primeiro: a inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

Parágrafo Segundo: o atraso superior a 30 (trinta) dias para apresentação da garantia autoriza a CONTRATANTE a promover a retenção dos pagamentos devidos à CONTRATADA, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato a título de garantia, a serem depositados junto ao Banco do Brasil S/A, com correção monetária, em favor da CONTRATANTE.

Parágrafo Terceiro: A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

- a) Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados à administração ou à terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) As multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao CONTRATADO;
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pelo CONTRATADO; e
- e) Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nos itens “a” a “d” desta cláusula.

Parágrafo Quarto: Após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, a CONTRATADA poderá requerer à APMC a liberação ou restituição da referida garantia.

Parágrafo Quinto: Se a garantia for prestada por caução em dinheiro, em moeda corrente nacional, esta será depositada na Conta Corrente indíscida pela administração do porto, de titularidade da APMC, cuja garantia será restituída atualizada monetariamente, ao término do respectivo contrato.

Parágrafo Sexto: Será considerada extinta a garantia:

- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que o CONTRATADO cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- b) Com a extinção do contrato.



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

Parágrafo Sétimo: Casos de isenção de responsabilidade da garantia:

- a) O CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
 - a.1. Caso fortuito ou força maior;
 - a.2. Alteração das obrigações contratuais, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;
 - a.3. Descumprimento das obrigações pelo CONTRATADO decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração;
 - a.4. Atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração.
- b) Caberá à própria administração apurar a isenção da responsabilidade prevista nos itens a.3 e a.4 desta cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pelo CONTRATANTE.
- c) Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade além das previstas neste item.

Parágrafo Oitavo: Para efeitos da execução da garantia, os inadimplementos contratuais deverão ser comunicados pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO e/ou à Instituição Garantidora, no prazo de até 90 (noventa) dias após o término de vigência do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

A CONTRATADA, durante a execução do contrato, poderá subcontratar parte dos serviços objeto deste Termo de Referência, sem prejuízo às suas responsabilidades contratuais e legais e cumprindo com as cláusulas pactuadas com a CONTRATANTE, limitando-se aos serviços abaixo listados:

- a) Gestão e destinação de resíduos oriundos do atendimento à emergência;
- b) Realização de análises laboratoriais;

Parágrafo Primeiro: Deverá ser realizado Termo de Referência, inclusive pela qualidade dos serviços subcontratados.

Parágrafo Segundo: Sem prejuízo, a SUBCONTRATADA responderá solidariamente pelos mesmos, perante à CONTRATANTE, órgãos e entidades públicas e privadas e terceiros, com relação aos serviços e/ou fornecimentos por ela praticados.

Parágrafo Terceiro: Toda e qualquer subcontratação deverá ser previamente submetida para aprovação da CONTRATANTE, que, mediante decisão motivada, poderá aprovar ou não a subcontratação proposta, levando-se em conta a seguinte condição:



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

Parágrafo Quarto: A SUBCONTRATADA também deverá atender às exigências de qualificação técnica pertinente e compatível com a parcela do objeto a ser subcontratado, devendo apresentar atestados de capacidade técnica que comprove a realização de serviços, para aprovação pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto: A subcontratação, quando aprovada pela CONTRATANTE, deverá submeter-se, por escrito, às normas, cláusulas e condições deste Termo de Referência.

Parágrafo Sexto: A CONTRATANTE poderá solicitar a substituição das SUBCONTRATADA(S), a qualquer tempo, a fim de que não ocorram prejuízos no desenvolvimento dos serviços.

Parágrafo Sétimo: Na hipótese de não aprovação de determinada subcontratação, a CONTRATADA poderá apresentar nova(s) SUBCONTRATADA(S) nas mesmas condições propostas, não ficando a CONTRATADA, eximida das responsabilidades sobre os prazos estabelecidos nos documentos previstos neste Contrato.

Parágrafo Oitavo: Não será permitido à SUBCONTRATADA emitir Nota Fiscal ou Fatura diretamente à CONTRATANTE.

Parágrafo Nono: Não haverá pagamentos efetuados diretamente à(s) SUBCONTRATADA(S)

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ORÇAMENTO

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas sob dotação orçamentária para a Conta “ _____ – Outros serviços de terceiros”.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Além daquelas previstas no Termo de Referência:

Parágrafo Primeiro: caberá a CONTRATANTE as seguintes obrigações:

- a) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa realizar o fornecimento, dentro das normas deste contrato;
- b) Comunicar à CONTRATADA qualquer irregularidade verificada na prestação dos serviços e interromper imediatamente o serviço se for o caso;
- c) Acompanhar, fiscalizar e avaliar o fornecimento do objeto do contrato;



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

- d) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre quaisquer irregularidades constatadas, solicitando a regularização das mesmas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;
- e) Efetuar o pagamento devido à CONTRATADA, após emissão da Nota Fiscal, devidamente atestada pelo gestor do Contrato;
- f) Manter, arquivada junto ao processo administrativo, toda a documentação referente ao mesmo.
- g) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e proposta de preços;

Parágrafo Segundo: caberá a CONTRATADA as seguintes obrigações:

- a) Entregar o objeto do presente Contrato dentro dos prazos e pelo preço constante em sua proposta de preços, e de acordo com as especificações constantes no respectivo Termo de Referência (Especificações Técnicas);
- b) Atender prontamente quaisquer exigências da CONTRATANTE e seus representantes, inerentes ao objeto do Contrato;
- c) Manter, durante a execução do Contrato, as mesmas características e condições de habilitação apresentadas durante o processo licitatório, devendo, justificada e previamente, solicitar autorização à CONTRATANTE, para qualquer alteração que possa afetar o cumprimento deste Contrato;
- d) Efetuar o pagamento de impostos, taxas e outras obrigações financeiras que incidam ou venham incidir sobre a execução dos serviços objeto do Contrato, até o recebimento definitivo pela CONTRATANTE;
- e) Responsabilizar-se pelos encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação, e ainda pelos encargos trabalhistas, previdenciários e obrigações sociais em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus funcionários não manterão qualquer vínculo empregaticio com a CONTRATANTE;
- f) Entregar equipamentos de proteção individual (EPI) aos seus empregados/funcionários, de acordo com as necessidades e conforme previsto na legislação vigente e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);
- g) A empresa Contratada deverá comprovar o pagamento dos salários de seus empregados no máximo até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, devendo observar a legislação referente ao 13º salário, independentemente do recebimento de sua fatura do mês anterior.
- h) Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela CONTRATANTE na prestação dos serviços objeto deste contrato;
- i) Responsabilizar-se pelos danos causados direta e indiretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da prestação dos serviços objeto deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

- fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;
- j) Manter preposto seu, aceito pela CONTRATANTE, durante o período da vigência deste contrato, para representá-la administrativamente sempre que necessário;
 - k) Sujeitar-se à fiscalização, por parte da CONTRATANTE, no cumprimento e execução do contrato; e
 - l) Adotar boas práticas de sustentabilidade baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, tais como:
 - i.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;
 - i.2. Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;
 - i.3. Destinação adequada dos resíduos;

Parágrafo Terceiro: A CONTRATANTE não se responsabilizará por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Parágrafo Quarto: No ato da assinatura do termo de contrato, a CONTRATADA deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação, do contrário reserva-se a CONTRATANTE o direito de, independentemente de qualquer aviso ou notificação, convocar as licitantes remanescentes na ordem de classificação ou revogar a licitação.

Parágrafo Quarto: A Contratada deverá manter-se, durante o período de vigência deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, conforme lei nº 13.303/2016.

Parágrafo Quinto: Em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa SRF nº 23, de 23 de março de 2001, a CONTRATANTE reterá na fonte, o imposto sobre a renda de pessoa jurídica - IRPJ, bem assim a contribuição sobre o lucro líquido, a contribuição social-COFINS e a contribuição para o PIS/PASEP sobre os pagamentos que efetuar à pessoas jurídicas que não apresentam cópia do Termo de Opção ou Certificado de Isenção do IRPJ, que trata a Instrução Normativa SRF nº. 75 de 26/12/96, além da retenção do ISS, no que couber, sobre os pagamentos que efetuar à CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES E MULTAS

Comete infração administrativa, o fornecedor que deixar de entregar o objeto contratado ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais.

Parágrafo Primeiro: No caso de inexecução total ou parcial das condições acordadas, a APMC poderá, garantida prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades, sem prejuízo da rescisão contratual:

- a) Advertência;
- b) Multa Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- c) Multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a APMC, por prazo não superior a 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação da contratada perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes.
- e) Impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até cinco anos;
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

Parágrafo Segundo: Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela empresa pública ou pela sociedade de economia mista ou cobrada judicialmente.

Parágrafo Terceiro: As sanções previstas nas letras “a” e “c” do item parágrafo primeiro poderão ser aplicadas juntamente com a letra “b” do mesmo item, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

Parágrafo Quarto: As sanções previstas no item parágrafo primeiro poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

- b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

Parágrafo Quinto: A penalidades poderão ser aplicadas de forma cumulativa.

Parágrafo Sexto: As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, a critério da APMC, desde que formuladas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data em que a licitante tomar ciência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

Sem prejuízo de qualquer disposição do presente contrato, o mesmo poderá ser rescindido pela APMC, judicial ou extrajudicialmente, independentemente de qualquer notificação, sem que assista à CONTRATADA qualquer direito à reclamação e/ou indenização, nos seguintes casos:

- a) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;
- b) a supressão, por parte da Administração, da compra/aquisição, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 81 da Lei 13.303/2016;
- c) a suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;
- d) o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;
- e) a não liberação, por parte da Administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC**

f) a ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

Parágrafo Primeiro: Se a rescisão deste contrato provocar prejuízos e/ou danos à APMC, promoverá esta, a responsabilidade da CONTRATADA, visando o respectivo ressarcimento, independentemente do disposto no parágrafo primeiro desta cláusula.

Parágrafo Segundo: Fica estabelecido que a cobrança de quaisquer importâncias, devida pela CONTRATADA à APMC será feita através de Processo de Execução, de acordo com o art. 783 e seguintes do novo Código de Processo Civil Brasileiro.

Parágrafo Terceiro: Se a APMC julgar necessário rescindir o presente contrato, não tendo a CONTRATADA dado causa à rescisão, poderá fazê-lo, mediante comunicação, com antecedência de 03 (três) dias, pagando os serviços já realizados até a data da rescisão e devolvendo a caução depositada como garantia do contrato, desde que, inexista pendência de responsabilidade da CONTRATADA.

Parágrafo Quarto: Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

Parágrafo Quinto: O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS VINCULAÇÕES

O presente contrato vincula-se ao Edital do Pregão Eletrônico nº _____/20____ – Processo Administrativo nº _____/20____, e seus Anexos e à Proposta de Preços da licitante vencedora, independentemente de transcrição, por força da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS VEDAÇÕES

É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, bem como interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 81 da Lei nº 13.303/2016,



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

CLÁUSULA DECIMA OITAVA – DA PUBLICIDADE

A publicação resumida do presente contrato na Imprensa Oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS FORTUITOS, DE FORÇA MAIOR E OMISSOS

Tal como prescrito na lei, a Contratante e a Contratada não serão responsabilizados por fatos comprovadamente decorrentes de casos fortuitos ou de força maior, ocorrências eventuais cuja solução se buscará mediante acordo entre as partes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA MATRIZ DE RISCO

Na hipótese de ocorrência dos eventos listados na Matriz de Risco que integra o Termo de Referência, a CONTRATADA, deverá no prazo de 01 (um) dia útil, informar à fiscalização sobre o ocorrido, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) Detalhamento do evento ocorrido, incluindo sua natureza, a data de ocorrência e sua duração estimada.
- b) As medidas que estavam em vigor para mitigar o risco de materialização do evento, quando houver;
- c) As medidas que irá tomar para fazer cessar os efeitos do evento e o prazo estimado para que esses efeitos cessem;
- d) As obrigações contratuais que não foram cumpridas ou que não irão ser cumpridas em razão do evento; e,
- e) Outras Informações relevantes.

Parágrafo Único: É vedada a alteração ou celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da contratada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO SIGILO E CONFIDENCIALIDADE

A CONTRATADA poderá receber ou ter acesso a dados e informações confidenciais da CONTRATANTE e seus clientes ou outros terceiros a ela relacionados, as quais, poderão ser fornecidas previamente ou durante a execução dos Serviços. Neste caso, não deverá divulgá-las a qualquer pessoa, exceto para seus prepostos e funcionários, estritamente na medida em que a referida divulgação seja indispensável à perfeita execução dos Serviços, salvo se autorizado previamente por escrito pela Contratante.

- a) As Partes estabelecem que toda informação ou dado obtido ou gerado pela



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

- Contratada em razão da prestação dos Serviços será considerado confidencial;
- b) As informações confidenciais podem ser divulgadas aos funcionários, diretores, consultores e empregados da Contratada, que delas precisarem para as finalidades aqui contempladas, desde que tais integrantes sejam advertidos e estejam sujeitos às mesmas obrigações de confidencialidade estabelecidas à Contratada.

Parágrafo Primeiro: A obrigação de confidencialidade ora estabelecida deverá ser mantida durante a vigência deste Contrato e pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de sua extinção.

Parágrafo Segundo: A Contratada reconhece e concorda que toda a ruptura ou evasão dos termos desta cláusula resultará em imediata e irreparável lesão à outra, a qual estará legitimada a obter as medidas legais seja para evitar a divulgação, seja para reparar o dano sofrido.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA ANTICORRUPÇÃO

Para a execução dos Serviços, as Partes não poderão dar ou se comprometer a dar, oferecer, aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de terceiros, qualquer doação, pagamento, compensação, vantagens ou benefícios financeiros ou de qualquer outra espécie que possa constituir prática de corrupção ou contrária à lei brasileira nº 12.846/13 e demais leis anticorrupção aplicáveis, devendo garantir que seus representantes e prepostos observem as mesmas regras aqui previstas.

Parágrafo Primeiro: A prestação dos Serviços poderá ser extinta pela Contratante no caso de qualquer nomeação de representantes, administradores, conselheiros, sócios, acionistas, funcionários, prepostos ou quem lhes faça as vezes como funcionários públicos ou empregados do governo, sem qualquer indenização à Contratada, sempre que tais nomeações impliquem conflito de interesses em face da prestação dos Serviços.

- a) O mesmo ocorrerá nos casos em que, não havendo nomeação de representantes, administradores, conselheiros, sócios, acionistas, funcionários, prepostos ou quem lhes faça as vezes como funcionários públicos ou empregados do governo, aqueles tenham parentesco, amizade íntima ou de qualquer forma influência sobre funcionários públicos ou empregados do governo e que tais relações possam representar conflito de interesses em face da prestação dos Serviços.

Parágrafo Segundo: Na execução dos serviços objeto deste Contrato, a Contratada, bem como seus colaboradores e subcontratados, obrigam-se a não buscar favorecimento para si ou à Contratante mediante pagamento ou oferta qualquer, seja como compensação,



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

presente ou contribuição a qualquer pessoa ou organização, particular ou governamental, caso tais benefícios, pagamentos, contribuições ou presentes forem ou puderem ser considerados ilegais ou duvidosos. Também, a Contratada fica obrigada a seguir sempre rigidamente os mais elevados princípios éticos, morais e regulamentares aplicáveis ao exercício de suas atividades.

Parágrafo Terceiro: Não obstante quaisquer outras disposições deste Contrato, caso se identifique qualquer ato ilícito relacionado a desvios de conduta da Contratada, incluindo seus colaboradores e subcontratados, sobretudo envolvendo funcionários governamentais ou servidores públicos, a Contratante poderá dar conhecimento às autoridades competentes dos eventos ocorridos de que teve ciência e que podem ter violado as leis e regulamentos mencionados nesta cláusula.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

No desenvolvimento de quaisquer atividades relacionadas à execução do Contrato, a Contratada compromete-se a cumprir o regime legal da proteção de dados pessoais, em especial as disposições previstas na Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

Parágrafo Primeiro: A Contratada compromete-se a adotar medidas técnicas e organizacionais adequadas para garantir a segurança e o sigilo das informações pessoais e dados pessoais aos quais tiver acesso em decorrência do Contrato, lhe sendo vedada a divulgação ou compartilhamento com terceiros, bem como a realização de tratamentos e análises para fins estranhos ao objeto desta contratação.

Parágrafo Segunda: A Contratada obriga-se a informar imediatamente a Contratante a ocorrência de qualquer incidente de segurança com os dados pessoais armazenados em decorrência da prestação dos Serviços, devendo prestar toda a colaboração necessária a qualquer investigação que venha a ser realizada.

Parágrafo Terceiro: Encerrada a vigência do Contrato, a Contratada obriga-se a excluir de seus bancos e bases de dados no prazo de 48 (quarenta e oito) horas úteis, todas as informações as quais tenha tido acesso para realização dos Serviços, estando ciente de que toda e qualquer infração ou violação inerentes a utilização destes dados de forma ilegal ou irregular que tenha sido praticada por si, seus sócios, empregados, representantes ou prepostos, seja de forma culposa ou dolosa, serão de sua única e exclusiva responsabilidade.

Parágrafo Quarto: Havendo prejuízo suportado pela Contratante, incluindo penalidades administrativas, decorrente do descumprimento pela Contratada das obrigações previstas na Cláusula Quatorze, deverá à Contratante ser indenizada no valor integral das perdas, custas,



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

honorários advocatícios e demais despesas. Os valores deverão ser pagos à Contratante no prazo de 05 (cinco) dias a contar do recebimento da notificação, com comprovante dos desembolsos.

Parágrafo Quinto: Caso a Contratante seja açãoada judicialmente em razão do descumprimento de obrigações relacionadas à proteção de dados por culpa ou dolo da Contratada, está desde já concorda com eventual denunciação da lide, nos termos do Art. 125, II, do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO FORO

As partes elegem, de comum acordo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, o Foro da Comarca de Maceió, Estado de Alagoas, para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Ata assinada eletronicamente pelas partes, juntamente com as testemunhas abaixo indicadas.



ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE MACEIÓ – APMC
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL/APMC

Maceió/AL, ____ de _____ de ____

Administração do Porto de Maceió/APMC

Contratante

Empresa xxxxxxxxxxxxxxxx

Contratada